

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Mudança na jornada de trabalho

Parlamentares das bancadas do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal têm manifestações públicas favoráveis à redução da jornada de trabalho, enquanto o debate no Congresso destaca a defesa de mais qualidade de vida e emprego, a preocupação do setor produtivo é com custos e competitividade.

Deputados com posição pública

Entre os deputados federais das bancadas do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal, com posição pública favorável à mudança na jornada de trabalho, estão Bohn Gass (ao centro na foto), Paulo Pimenta (à dir. na foto) e Alexandre Lindenmeyer (à esq. na foto), todos do PT gaúcho, além de Erika Kokay (PT) e Professor Reginaldo Veras (PV), pelo DF. As manifestações localizadas em registros da Câmara dos Deputados indicam apoio à redução da jornada semanal, a preservação dos salários e, em vários casos, ao fim da escala 6x1.



FOTOMONTAGEM/JC

Limitação do trabalho normal

A proposta mais recente em debate ganhou força a partir de texto apresentado pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), que prevê o fim da escala de seis dias de trabalho para um de descanso e limita a duração do trabalho normal a 36 horas semanais.

Passa a valer 360 dias após promulgada

Pelo desenho divulgado no Congresso, a nova jornada só passaria a valer 360 dias após a promulgação da emenda. O tema se insere em um movimento mais amplo no Parlamento em favor da redução da jornada sem diminuição salarial, mobilizando partidos, centrais sindicais e setores da economia.

Reivindicação histórica

No Senado, Paulo Paim (PT) defende transição para 36 horas, e Luis Carlos Heinze (PP) pede cautela. Paulo Paim sustenta que o fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução salarial, com queda gradual até 36 horas, “representam uma reivindicação histórica dos trabalhadores”. Autor da PEC 148/2015, ele lembra que a discussão remonta à Constituinte de 1988, quando a jornada caiu de 48 horas para 44 horas, e defende a unificação das propostas hoje em tramitação em um único texto. A proposta de Paim já foi aprovada na CCJ e está pronta para análise do plenário do Senado.

Heinze pede cautela

Já o senador Luis Carlos Heinze (PP) adota tom de cautela. Para ele, o debate é legítimo, mas não pode ser conduzido de forma apressada nem dissociado da realidade econômica brasileira. Heinze avalia que uma mudança imposta por lei, sem transição adequada e sem considerar diferenças regionais e setoriais, pode elevar custos, reduzir competitividade e comprometer a geração de empregos formais.

Pressão tributária

Na visão do senador Heinze, “qualquer reforma deve levar em conta a pressão tributária sobre empresas, as margens estreitas de operação e as dificuldades de contratação em vários setores”. A síntese dessa posição é de apoio ao debate, mas com forte preocupação com os impactos sobre o setor produtivo.

Bolsonaro tem melhora, mas sem previsão de alta

Michelle Bolsonaro informou que ex-presidente já deixou a UTI

/ SAÚDE

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deixou a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) ontem à tarde segundo publicação sua esposa Michelle Bolsonaro (PL). Em seu perfil no Instagram, a ex-primeira-dama afirmou que Bolsonaro “apresentou melhora dos marcadores da infecção” e foi transferido para a unidade semi-intensiva.

“Seguimos confiantes de que ele vai vencer mais esse momento. Obrigada por todo carinho e pelas orações”, disse Michelle.

Conforme boletim médico divulgado pelo hospital DF Star mais cedo, o ex-presidente permanece internado, mas estava demonstrando “recuperação da fun-

ção renal e melhora parcial dos marcadores inflamatórios”, com o uso de antibióticos.

Até o fechamento desta edição, o hospital não havia emitido novo boletim médico com atualizações sobre a situação do ex-presidente.

Bolsonaro foi internado na manhã de sexta-feira. Segundo os médicos, os exames confirmaram “broncopneumonia bacteriana bilateral de provável origem aspirativa”, ou seja, uma infecção bacteriana nos dois pulmões, causada pela entrada de líquido do estômago ou da boca nas vias respiratórias.

Ele foi atendido na prisão pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) por volta

das 8h. O Samu informou que o ex-presidente apresentava “caso clínico sugestivo à pneumonia queixando-se de falta de ar”. Ele chegou ao hospital DF Star por volta das 9h, em uma operação do Samu em conjunto com o Corpo de Bombeiros e com apoio da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).

No hospital, os exames confirmaram o quadro. O médico Brasil Caiado disse a jornalistas na saída do hospital na última sexta que essa foi a “maior pneumonia que Bolsonaro já teve”.

O ex-presidente chegou à UTI com água nos pulmões, causadas pela aspiração de líquido do estômago, em decorrência dos soluços frequentes que ele apresenta.

Flávio lidera nas redes, e Lula critica dependência digital

/ ELEIÇÕES 2026

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) virou o jogo, ao menos nas redes sociais. Desde que foi anunciado pré-candidato ao Planalto, Flávio passou a crescer mais na internet do que o seu concorrente direto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que, em discursos recentes, mostrou ter certa resistência ao mundo digital. Lula já disse repetidas vezes não ter telefone celular e reclama

do uso do aparelho, hábito compartilhado pela maioria da população brasileira.

Especialistas afirmam que as críticas à dependência digital podem afastar o eleitorado. Em paralelo, a remontada de Flávio no ambiente online reflete o momento em que as pesquisas indicam empate técnico entre Flávio e o presidente em um eventual segundo turno.

A pedido da Folha de S.Paulo a consultoria de dados Bites fez um

levantamento para comparar, semana a semana, quem teve maior tração nas redes. O período analisado vai de 2022 até 2026 e inclui, além de Flávio e Lula, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que dominava as redes no exercício de seu mandato.

“Tração” significa o crescimento consistente de um perfil. A métrica pode aferir, assim, a capacidade de mobilizar a internet por meio de interações – curtidas, comentários e compartilhamentos.

Dino põe fim à aposentadoria compulsória como punição

/ STF

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que a aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço não pode mais ser aplicada como punição disciplinar a magistrados. Ele determinou que infrações graves cometidas por juízes devem resultar na perda do cargo. “Não faz mais sentido que os magistrados fiquem imunes a um sistema efetivo de responsabilidade disciplinar, com a repudiada e já revogada ‘aposentadoria compulsória punitiva’”, pontuou Dino na decisão.

A decisão foi tomada enquanto estão em curso procedimentos administrativos contra o ministro Marco Buzzi, do Supe-

rior Tribunal de Justiça (STJ), por assédio sexual supostamente cometido contra duas mulheres. Buzzi enfrenta processos no próprio tribunal e no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A aposentadoria compulsória dos juízes é a pena mais severa prevista em decorrência de um processo administrativo disciplinar. Ela está prevista no artigo 42 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), que entrou em vigor durante a ditadura militar, em 1979.

A punição é aplicada hoje em casos de corrupção, desvios de conduta e venda de sentenças. Magistrados que recebem a pena continuam recebendo vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. A decisão de Dino encerra esse privilégio.

Na percepção do ministro, “a aposentadoria é um benefício previdenciário que tem por finalidade garantir ao trabalhador condições dignas de vida quando não mais for possível o desenvolvimento de atividade laboral em virtude de idade-limite, incapacidade permanente para o trabalho ou pela conjugação dos critérios idade mínima e tempo de contribuição”.

De acordo com a decisão, o Conselho Nacional de Justiça passa a ter três alternativas em casos de infrações na magistratura. Poderá absolver o juiz, aplicar outra sanção administrativa ou encaminhar o caso à Advocacia-Geral da União para que seja proposta ação de perda do cargo do magistrado. A aposentadoria compulsória, portanto, deixa de ser uma forma de punição.